



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 116/2023/SUPEL-ASTEC

À  
Comissão de Licitação CPLO

**Concorrência Pública n. 007/2022/CPLO/SUPEL/RO**

**Processo Administrativo: 0069.201489/2021-83**

**Interessada:** Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP.

**Objeto:** Revitalização e Ampliação de Espaço Público CEDEL - Jardim Santana, no município de Porto Velho-RO

**Assunto:** Decisão em julgamento de recurso

Vistos, etc.

Aportaram os autos para elaboração de decisão da autoridade superior, nos termos do art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 93.

Os autos do presente processo versam sobre procedimento licitatório, na modalidade Concorrência Pública, que tem por objeto a *Revitalização e Ampliação de Espaço Público CEDEL - Jardim Santana, no município de Porto Velho-RO*, gerenciado pela unidade interessada supra citada.

Verifica-se a interposição de uma pluralidade de recursos em face da decisão do condutor do certame.

Em análise às razões recursais noto que as recorrentes NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e ABR SERVICE LTDA trazem à baila irresignações sobre suas inabilitações, contornando, em resumo, os seguintes enredos:

(i) Ausência de descumprimento parcial em razão da não apresentação de documentos de habilitação;

(ii) Ausência de descumprimento de exigências relativas à qualificação técnica.

No tocante ao item (i) acima destacado, como bem pontuado na Ata de Julgamento elaborado pelo comissão responsável, e extraído da leitura do próprio requisito editalício, ambas empresas licitantes, ora recorrentes, deixaram de apresentar a Declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, descumprindo assim o edital ao deixar de apresentar documentação relativa a qualificação jurídica, conforme disposto no item 15.1, "e".

Quanto a não comprovação efetiva da capacidade técnica e desatenção aos requisitos dispostos no instrumento convocatório (ii), considerando tratar-se de alegações de cunho técnico, a unidade interessada foi interpelada a manifestar-se, e assim o fez, através da Informação nº 26/2023/SEOSP-CPO (Id. Sei! 0040965042), contudo tal manifestação merece ressalvas vez que pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, disposto na Lei 8666/93 artigos 3º e 41, este se torna "lei" entre as partes.

Portanto, urge destacar que quanto aos quesitos técnicos que se apegam a instalação de grama sintética o edital assim dispõe:

f) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde **comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação**, contendo, **no mínimo**, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos: (**CONFORME ITEM 10.2. alínea “e” DO PROJETO BÁSICO**).

SERVIÇOS REQUERIDOS	UND	QUANT. TOTAL
Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco	M²	1.631,00
Execução de passeios em piso intertravado	M²	896,00
<b>Instalação de Grama Sintética</b>	M²	<b>453,00</b>

Na leitura básica das exigências ora expostas, as licitantes deveriam apresentar execução de obra **semelhante ao objeto**, contudo, nenhuma delas cumpriu na proporção ora exigida, conforme se depreende das alegações trazidas.

Importante acentuar, que apesar de tratar-se de critério técnico, restou flagrante que as licitantes não apresentaram os atestados na proporção mínima exigida, nesse sentido, remetidos os autos à Comissão responsável pela análise técnica, a qual se manifestou através da Análise nº 6/2023/SUPEL-CPLO (Id. 0041060037), concluindo o seguinte:

"Após análise da documentação de habilitação apresentada pelas empresas participantes, é importante destacar a importância de uma análise criteriosa e completa, que leve em consideração todos os aspectos exigidos pela legislação de licitações e pelos termos do edital. No entanto, a análise fornecida pelo órgão de origem não especifica detalhadamente quais itens específicos foram observados em cada empresa para atestar a conformidade com as exigências apresentadas. Tal omissão dificulta a clareza precisa e impede a devida justificativa da decisão tomada.

Doravante, após uma análise minuciosa das documentações apresentadas pelas empresas participantes, **em concordância com as normas da ABNT e as disposições da legislação vigente para licitações e contratos administrativos, fica evidente que as empresas que propuseram serviços de "Plantio de Grama Natural" e "Instalação de Carpete" não atenderam às demandas técnicas específicas delineadas pelo Edital para o serviço de "Instalação de Grama Sintética".**

A escolha de uma técnica inadequada resulta em uma incompatibilidade entre o serviço proposto e a finalidade do projeto, que visa a "Instalação de Grama Sintética". **Tal discrepância não apenas comprometeria o atendimento às especificações técnicas, mas também prejudicaria a qualidade, a eficácia e a durabilidade da intervenção**, impactando negativamente o uso previsto para o espaço.

Reafirmamos que esta análise considerou os aspectos técnicos, ambientais e de qualificação de maneira holística, a fim de assegurar a execução de serviços de alta qualidade para a população, para a preservação do ambiente na região amazônica e atingir o objetivo do certame que é uma contratação eficaz. Portanto, esta CPLO ressalta a importância de se levar em conta todos esses aspectos ao avaliar os documentos das empresas participantes no processo de licitação."

A manifestação da Comissão foi criteriosa ao fundamentar a distinção entre o objeto previsto no edital, e o ofertado pelas licitantes, portanto, os recursos (id. 0041246024 e id. 0041246509) não merecem apreço, devendo ser mantido o entendimento exposto pela Comissão na Análise 6 (Id. Sei! 0041060037).

Desta feita, em concordância com as razões e fundamentos destacados a Ata de Julgamento de Recurso (Id. Sei! 0041582574), que elaborado em observância às razões recursais (Id. Sei! 0041246024 e 0041246509) apresentadas no certame, não vislumbro irregularidade na decisão da Comissão.

Isto posto, **DECIDO**:

Conhecer e julgar **IMPROCEDENTES** os recursos interpostos pelas empresas **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e ABR SERVICE LTDA**, mantendo suas **INABILITAÇÕES** no presente certame.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão da Comissão de Licitação/CPLO.

À Comissão para ciência e providências aplicáveis à espécie.

**Fabíola Menegasso Dias**

Diretora-Executiva

Superintendência Estadual de Compras e Licitações- SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Fabíola Menegasso Dias, Diretor(a) Executivo(a)**, em 28/09/2023, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0041854810** e o código CRC **6084D999**.

**Referência:** Caso responda esta Decisão, indicar expressamente o Processo nº 0069.201489/2021-83

SEI nº 0041854810